**INTRODUÇÃO**

*Sem Tradição,* *sem passado, a história de um povo seria como uma árvore arrancada da terra”*.  (São Boaventura).

O fio condutor da Sagrada Escritura é a **genealogia:**  Cada etapa da história da salvação é um novo brotar e crescer novas folhas, novos ramos numa raiz antiga, segurada pelas promessas feitas por Deus e realizada por Ele segundo Seu tempo e Seu modo. A narração da humanidade após Caim e Abel continua com a genealogia (Gen 4, 17ss); Após o dilúvio todo o capítulo de Gen 10 é a narração da genealogia fazendo assim a ponte entre Abraão e a humanidade primitiva. Terminando o exílio de Egito, quando o povo de Israel volta para a Terra prometida retoma a genealogia (Ex1,1ss); quando Rute, a mulher estrangeira vem fazer parte da família davídica, através Booz, o avô do rei Davi, retoma a genealogia (Rute 4,18ss). Quando Salomão erra e vai pelo caminho do Baal narra a genealogia, quando o Povo de Israel volta do exílio babilônico, retoma a genealogia. E  enfim, quando Mateus narra a infância de Jesus começa com a genealogia (de Abraão até a Jesus Mt 1,1ss) para mostrar que Jesus nasceu na família dos Israelitas como cumprimento da Promessa feita à Abraão e Lucas, em vez, narra a genealogia após o Batismo de Jesus (Lc 3, 23-38) e isso, começando de Jesus até Adão, mostrando que Jesus nasceu na família da nossa humanidade para resgatar todos os homens, *toda carne há de ver a salvação de Deus* (Lc 3,6).

A genealogia nos mostra que o Deus da Sagrada Escritura, o Deus de Israel, o Deus que nós acreditamos é um Deus do passado, do presente e do futuro, é Aquele que tem o poder sobre o Tempo e o Espaço, pois é o único que venceu os erros e suas consequências do passado, é Aquele que é fiel às promessas feitas no passado e cumpre independente da nossa fidelidade ou infidelidade, é Aquele que sabe transformar o mal em bem. É Aquele que termina a obra começada (Sl 137.8; Fil 1,6).

Por isso cada história é história da salvação: e isso vale no caso de uma família, de uma instituição, de um grupo ou de uma pessoa. Nós podemos esquecer do passado, os compromissos assumidos e interpretá-los em forma conveniente desviando ou manipulando segundo pessoas, tempos e lugares. Mas o nosso Deus é um Deus Emanuel – o Deus conosco - o eterno,  que recapitulou, reconciliou consigo o passado, o presente e o futuro.

Neste sentido que devemos estudar a história da nossa família religiosa também. Nós não conhecemos de cada passo percorrido por cada irmã em que Deus a acompanhou desde início até ao dia de hoje: As intenções das nossas superioras ao abrir as novas casas, as dificuldades enfrentadas, as surpresas e benefícios caídos do Alto; os sacrifícios oferecidos como perfume de incenso a Deus Pai por cada irmã em cada época, os momentos de silêncio, de meditação e de oferecimentos de orações, sacrifícios, lágrimas e  suor derramados nos quatros cantos das nossas casas religiosas e diante do altar; os benfeitores que se doaram e desejaram o bem em nós e através de nós ao longo destes 3 séculos. Nós não os conhecemos. O estudo da história pode nos falar alguma coisa embora muito pouca. Mas nada é perdido no coração e na memória de Deus. Ele termina a obra começada quando ele quiser e como ele quiser. Até então todas aquelas pessoas que ele quer que estejam aqui, que passassem por aqui, ele chama e continua a história em nós e através de nós.

Neste sentido é necessário amar a nossa história, lugar da manifestação do amor de Deus. Na medida em que conhecemos e contemplamos a obra de Deus na história até a nós, teremos a certeza de que, o mesmo Deus que foi fiel e que conduziu até aqui, será fiel e conduzirá daqui para frente a nossa história, independente da nossa fidelidade ou infidelidade.

Jesus não tinha a vergonha nem o nojo de dizer que ele pertencia à nossa história: Os cegos e os mudos o chamavam: “Jesus filho de Davi, tem piedade de mim”. De fato, Ele pertence a uma família que tem um Davi que matou seu amigo fiel para roubar sua esposa, que tem uma Tamar que teve filho do seu sogro Judá, que tem uma Rute que foi deitar a noite na cama do seu parente Booz, que tem um Salomão que apesar de ter recebido toda a sabedoria e inteligência, ao final da sua vida esqueceu de Deus. Deus não cansa de nós: “Cada flor que nasce, cada criança que nasce é sinal que Deus ainda não cansou de nós” (R. Tagor- Gheetanjali).

Se Deus não cansou de nós não precisamos de cansar das nossas co-irmãs também. Cada uma vai contribuindo segundo seu coração e segundo suas virtudes e Deus tem paciência de nós. E como as 4 mulheres mencionadas na genealogia de Jesus, embora são estrangeiras, pecadoras e não tendo um nome ou título de “mulher santa”, deram à luz as personagens grandes da história da salvação. Assim talvez, aquelas irmãs que parecem revolucionárias, aquelas que não são muito discretas e silenciosas, aquelas que parecem insuportáveis… através elas, a família religiosa caminha aos novos rumos e, elas, pela sua insistência insuportável consegue talvez resgatar uma história toda inteira.

O mesmo Deus que me chamou, chamou também minhas co-irmãs com quem vivo e, Ele, como me acompanhou até aqui acompanha também elas com mesmos prodígios e maravilhas.  Por isso a nossa história é história da salvação!

**CAPÌTULO I**

**1.1. A ORDEM DOS PENITENTES ANTES DE SÃO FRANCISCO**

Na história da Igreja, sempre existiram pessoas que faziam penitencias embora as formas e motivações foram diferentes em cada período. Até ao século IV os cristãos que recebiam o Sacramento Batismo e em seguida a Eucaristia, eram pessoas adultas, após de ter feito uma longa caminhada penitencial. E até século VI quem se aproximava ao Sacramento da Penitência, que era canônico, somente aqueles que cometiam os pecados capitais e públicos: apostasia-idolatria, homicídio e adultério.

E a celebração penitencial incluía três fases ou momentos[[1]](#footnote-1):

**I) Ingresso entre os penitentes.** Consistia em um ato litúrgico formado por diversos gestos, como a imposição das mãos, a vestição do cilício, a expulsão simbólica da comunidade e a entrada na ordem ou grupo dos penitentes. Apresentar-se como sujeitos desse rito já era um reconhecer-se publicamente pecador. Às vezes, o mesmo rito exigia uma confissão pública e genérica. Com frequência, a confissão detalhada era feita ao bispo (a um "espiritual" ou a um sacerdote), antes da liturgia penitencial, para aconselhar ou decidir se o cristão pecador devia se submeter a essa penitência canônica.

**II) Exercício das obras de penitência.** A sua duração, geralmente de vários anos, era estabelecida pelo bispo, levando-se em conta a gravidade dos pecados, as prescrições dos concílios e a vontade de conversão do penitente. Durante esse período, os penitentes permaneciam excluídos da comunhão eucarística e, geralmente, eram classificados e divididos em grupos diferentes de acordo com o grau de possível participação na celebração da eucaristia ("ordem dos penitentes"). Deviam levar uma vida mortificada, dedicada à oração e à esmola, ser corrigidos, aconselhados e ajudados pela comunidade. Eram-lhes proibidos a profissão das armas, o exercício de cargos públicos e de atividades comerciais, o ingresso no clero, o matrimônio e as relações sexuais com o cônjuge legítimo. Essas proibições ou "interditos penitenciais" permaneciam em vigor, geralmente, mesmo depois de ter sido obtida a reconciliação, por toda a vida.

**III) A reconciliação ou "absolvição da penitência"**. Ocorria no fim do período penitencial, mediante um rito litúrgico mais ou menos solene. Geralmente, os penitentes invocavam a oração dos irmãos para pedir o dom do Espírito de Cristo, que os reconciliava com Deus e com a Igreja. O bispo impunha as mãos sobre os penitentes e dizia a oração de reconciliação. Normalmente, o rito acabava com a admissão dos penitentes à participação plena na eucaristia, mediante a comunhão. A partir do século V, esse rito ocorria, geralmente, na Quinta-feira Santa. Os presbíteros podiam dar a penitência e a reconciliação apenas em casos de necessidade e de iminente perigo de morte.

E a partir dos séculos VI e VII  esta graça de Penitência era concedida uma única vez na vida. O pecado mortal, especialmente depois do batismo recebido geralmente por adultos, era considerado como um mal sério e profundo, que penetra toda a pessoa e que, por isso, requer um esforço doloroso e prolongado de conversão, além de ver nesta prática, uma forma de se defender e manter a sua integridade.

E este ato penitencial tinha por isso uma dimensão eclesial e comunitária. É toda a comunidade que intervém na conversão e na reconciliação do irmão pecador: com a escuta da palavra de Deus, com o exemplo da sua fé, com a oração e com a caridade, com a correção fraterna e com a participação ativa no rito da reconciliação.

E é verdade que muito poucos recorriam à penitência canônica por causa da rigidez das obrigações e das consequências de caráter pessoal e social que dela derivavam.

E existiam também **os Penitentes voluntários:** muitos destes cristãos, após terminar o tempo previsto de Penitencia, se colocaram voluntariamente à fazer penitencia em reparação dos pecados próprios e dos outros e assim foram nascendo grupos dos Penitentes voluntários.

       **1.2. SÃO FRANCISCO E A ORDEM DOS PENITENTES**

Na época de São Francisco (século XII-XIII),  pertencer a Ordem dos Penitentes representava um estado definitivo e permanente de vida, semelhante ao estado religioso.

Uma situação canônica diferente dos modernos grupos da Igreja, em que reinam a máxima espontaneidade. Dóceis à ação do Espírito Santo, os Penitentes voluntários viviam em fraternidades conforme a um mesmo projeto e forma de vida, um *propositum*.

Isto significa que “no meio”, entre os “Penitentes voluntários” e a “Ordem dos monges” se encontram os *Conversos*, homens e mulheres que seguem vivendo no mundo e exercendo sua a própria profissão (como os Penitentes), mas assumem livremente alguns compromissos próprios de monges: a castidade voluntária, jejuns, mortificações, intensa vida de oração, etc. Rejeitando as vaidades do mundo se dedicavam inteiramente a Deus e, por isso chama-se a vida de conversão.

É bom agente lembrar aqui que alguns destes grupos, com tempo tornaram-se heréticos, pois pregavam e viviam como revolucionários, apontando os dedos contra a Igreja e sua doutrina e, outros perderam a santidade querendo viver a autenticidade do Evangelho, porém criticando aqueles que não viviam assim. É exatamente o que vai distinguir São Francisco dos outros reformadores da época[[2]](#footnote-2).

São Francisco, no início da sua conversão (provavelmente entre os anos de 1204 a 1209)  viveu como um penitente solitário. E depois que os primeiros amigos se juntaram com ele, os 12 se apresentavam como “penitentes de Assis” (LTC 37). Às perguntas de muitos (pois tinha dúvida se estes pertenciam de alguns penitentes que eram heréticos) “De onde sois?”. Outros: “A que ordem pertenceis?”, eles respondiam claramente: ‘Somos penitentes, oriundos da cidade de Assis’. Pois a religião de irmãos ainda não chamava Ordem” (AP 19).

A vida cotidiana deles era a vida missionária: “Dividiu-os dois a dois, pelas diversas partes do mundo, anunciando aos homens a paz e a penitência para remissão dos pecados”(1Cel 29). Assim permanecem até abril de 1210, quando Inocêncio III lhes confere a Regra de vida  (LTC 52) e lhes encarregam a missão de pregar a todos a penitência (1Cel 39). Este acontecimento é de capital importância: os homens de Assis passam do “estado de penitência” ao “estado clerical”, de *Penitentes* se tornam *Menores*, dando origem a *Ordem dos Frades Menores*.

Francisco compreende que não só deve *viver* a penitência, como também *pregar* a conversão ao Senhor (1Cel 22) e começa a pregar a penitência (1Cel 23). O primitivo ideal de penitência de Francisco, espontâneo e laical, continuará no movimento penitencial franciscano, a *Ordem da Penitência* fundada por Francisco, em seus ramos:

– a *Terceira Ordem Regular* e

– a *Ordem Franciscana Secular*

Narra o Celano: “Corriam a ele homens e mulheres; os clérigos e os religiosos acorriam pressurosos para ver e ouvir o Santo de Deus, que a todos parecia homem de outro mundo” (LM 4,5). “Gentes de toda idade e sexo apressavam-se para contemplar as maravilhas que o Senhor renovava no mundo por meio de seu servo”(1Cel 36). *“*Por todas as partes ressoavam hinos de gratidão e de louvores; tanto que muitos, deixando os cuidados das coisas do mundo, encontraram, na vida e no ensinamento do beatíssimo Pai Francisco, conhecimento de si mesmos e incentivo para amar e venerar o Criador. Muita gente do povo, nobres e plebeus, clérigos e leigos, tocados de divina inspiração, se chegaram a São Francisco, desejosos de militar sempre sob sua direção e magistério… irrigando a todos eles com a água de seu carisma e adornava com flores de virtudes o jardim de seus corações: na verdade, era um  egrégio artífice, a cujo exemplo, regra e ensinamento – deixando fora o elogio – em ambos os sexos se renovava a Igreja de Cristo e triunfava a tríplice milícia dos que devem salvar-se. E a todos dava uma forma de vida e demonstrava de maneira segura a via da salvação em todos os graus” (1Cel 37).

É neste contexto que nasce o movimento penitencial franciscano. São os Penitentes franciscanos [em breve se chamarão também: “Terceira Ordem de São Francisco”]. Trata-se de uma realidade nova, que não podemos confundir com os Penitentes voluntários ou com outros grupos de Igreja daquele tempo. Os “irmãos e irmãs da penitência”, que os seguem, Francisco lhes dá uma breve forma de vida:

– na 1ª Carta aos fiéis (1215)

– na 2ª Carta aos fiéis (1221),

– e também lhes dá uma regra jurídica com a Memoriale propositi (1221).

**1.3. AS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS NASCIDAS**

**no seio da Ordem Terceira de São Francisco ao longo dos séculos**

Como falamos, desde início da vida de São Francisco, começou a existir a Ordem Terceira de São Francisco, grupo de pessoas que queriam viver segundo o Evangelho e São Francisco escreveu cartas para estes grupos e os acompanhou e recomendou aos seus frades de acompanha-los aonde estiveram. Os frades, além de cuidar dos leprosos, pregavam a Penitencia, a vida de conversão ao Evangelho, mas as pessoas da Ordem Terceira, se colocaram ao exercício da caridade: a maioria pelo exemplo de São Francisco, cuidar dos leprosos, outros cuidar dos idosos, dos doentes, dos peregrinos etc.

E estes, aos poucos foram formando grupos de mesmo ideal de São Francisco, nascendo assim os primeiros brotos da Vida religiosa dentro da Ordem Terceira de São Francisco. E isso aconteceu primeiro em várias partes da Itália e depois foi espalhando para toda Europa. Aonde os frades iam nasciam também a Ordem Terceira

**São Francisco mesmo acolheu os primeiros Terceiros de Florença** e é notável a acolhida  de São Luquese e Boa Dona, sua mulher, junto com outros por São Francisco:  Receberam o hábito e o cordão dos Terceiros no dia 20 de março de 1221, dando assim o início oficial da Ordem Terceira Secular em Florença.

**E São Francisco escreveu também a forma de vida para eles estando em Florença:** Ele estava passando por Florença com a intenção de ir para Espanha, a fim de juntar-se com a tropa de Cruzadas para conquistar a Terra Santa. Pela insistência de Cardeal Ugolino, ele parou a Florença e se dedicou em escrever *a forma de vida*  para estes Terceiros que era já um gran número em toda Itália.

Rapidamente cresceu o número destes em toda a Itália e juridicamente desde início gozavam uma certa liberdade. Pois, quem fazia parte da Ordem Terceira pertencia aos religiosos e por isso livre dos deveres públicos, como obrigação do serviço militar, pagar o tributo ao país etc.

E estes viviam santamente e muitas personagens importantes da sociedade como: universitários, juízes, rainhas e reis conhecendo esta nova forma de vida abraçavam-na,  deixando tudo e distribuindo os próprios bens aos pobres. Já São Francisco e Stª Clara ainda vivos, temos os grandes exemplos de rainhas, príncipes, nobres, cavaleiros, médicos, advogados e muitas outras pessoas ilustres como também pessoas simples e humildes, sendo no mundo, entraram na Ordem Terceira dedicando sua vida ao serviço dos pobres, leprosos e necessitados:

Sta Isabel de Hungria 1207-1235 (Rainha da Hungria e de Turingia); Santa Isabel de Portugal, Sta Ines de Praga, a rainha, à qual Sta Clara escreve quatro Cartas, São Luis IX de França 1214-1270; O primeiro casal: Bem-Aventurado Luquésio (ou Lúcio) e sua esposa Buonadona (Sua memória comemora-se no dia 28 de abril) que recebram o habito franciscano das mãos de São Francisco em Florença; o Escritor e pintor Florentino, Dante Alighieri 1265-1321 (Florença), muitos outros.

O exemplo de um arrastava outro para seguir o caminho de São Francisco. Aos poucos começaram se juntar e devido às atividades caritativas começaram a viver juntos, até emitindo votos simples ou solenes.

Mas, **o Concílio de Trento e as disposições do Papa Pio V** trouxe cláusulas severas para estas religiosas Terciárias: As Irmãs que eram de votos solenes deveriam entrar na vida claustral abandonando as atividades apostólicas e as que são de votos simples, embora poderiam continuar nas suas atividades, não poderiam mais receber novos candidatos e isso significa que são destinados a morrer lentamente.

Ainda assim, **nos séculos XVII e XVIII,** o novo contexto sócio-político da Europa e a cultura humanística impulsionou muitas pessoas, especialmente as mulheres, de ter o desiderio de uma vida caritativa, ativa, até em oposição à vida claustral.

De um lado, **Os membros das Ordens Religiosas** e a sua estrutura organizativa “multinacional”, com especial destaque para os Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos, Carmelitas e Jesuítas, legitimados pelo seu ideal missionário, foram chamados a acompanhar regularmente as expedições marítimas de descoberta e as armadas de implantação de empórios e colónias ibéricas na África, na América, na Ásia e mais tarde na Oceânia. A primeira grande expansão ultramarina europeia era legitimada, antes das razões económicas e políticas, pela razão religiosa de universalização do Cristianismo, por delegação papal, pelas coroas dos reis católicos de Portugal e de Espanha. As Ordens Religiosas tornaram-se os agentes qualificados de evangelização *ad gentes* e de implantação de novas cristandades que depois se estruturaram em dioceses.

Do outro lado, **muitos grupos (congregações religiosas**) foram nascendo com atividades apostólicas e caritativas dentro das próprias cidades europeias com intenção de dar assistência aos pobres, doentes e vítimas das guerras civis. E outras, com intenção de educar a juventude e as crianças para ter um futuro melhor na sociedade de amanhã. Assim temos Angela Merci (1535), Mary Ward(1609); as irmãs da caridade de São Vicente de Paulo e Luisa Marilac (1634)  (obra de caridade), Irmãos Maristas e Irmãs Dorotéias (educação), Irmãs Paulinas (comunicação), Salesianos (educação da juventude), Mercedários (penitenciárias) Franciscanas Hospitaleiras (doentes), Missionários do Sagrado Coração (missão), etc. Todos estes nesta época não eram considerados pela Igreja como religiosas, mas como associações dos leigos que fazem obras de caridade.

As congregações religiosas nascidas da Ordem Terceira Secular ao longo dos séculos são muitas: Há hoje 18 congregações masculinas de Franciscanos Terceiros, 370 congregações de Irmãs Franciscanas e 60 monastérios de Irmãs enclausuradas.

E no **tempo de Iluminismo (1700-1800),** quando a Igreja sofreu as perseguições, e opressões, as religiosas que estavam nas Clausuras deveriam necessariamente abrir alguma atividade, senão eram obrigadas a abandonar a vida religiosa ou eram destinados a morrer. Assim muitas congregações e Ordens religiosas até então claustradas, para sobrevivência, passaram para vida ativa. Após o tempo de perseguição algumas congregações voltaram para a vida claustral e outras permaneceram nas atividades apostólicas[[3]](#footnote-3) e outras parcialmente abraçando entre uma e outra. E as dioceses vinham ao encontro destas congregações e por isso não tinha como não intervir da parte da Santa Sé a favor delas.

Assim no ano **1889**, pelo Decreto do **Papa Leão XIII “Ecclésia Catolica”** estes começam a ser reconhecidas pela Igreja como religiosas, contudo, aquelas que não tinham *o hábito religioso* nem *a vida em comunidade* não eram incluídas nesta categoria. Reconheceu também como *públicos os votos emitidos* por estas congregações.  Em seguida, com o documento **“Conditae a Christo”** (que foi o primeiro documento pontifício), concedeu *o valor jurídico* às Congregações Religiosas de votos simples, reservando aos Ordinários do Local a sua aprovação.

A partir de então distinguia as congregações religiosas diocesanas e pontífices, dependendo da aprovação de cada uma. O documento “Conditae a Christo” provinha também uma série de prescrições sobre várias questões como: a aprovação das novas congregações, os intervindos dos bispos na admissão dos candidatos, na administração financeira e na eleição dos superiores etc. As congregações religiosas até então cada uma adotava suas Regras e Regulamentos próprios, muitas vezes sob a direção de algum dos frades ou padres fundadores.

Neste contexto que nasce e desenvolve a história das nossas Irmãs também.

**CAPÍTULO II**

**ITFR 1711-1906**

Na Igreja de Ognissanti, desde tempo de São Francisco, existia a presença da Ordem Terceira e como falamos já são Francisco escreveu *o Propositum Vitae* para os Terceiros, no ano 1221, exatamente na sua permanência em Florença, pela insistência de Cardeal Ugolino, fazendo-lhe desistir da sua viagem para Espanha para juntar-se com as cruzadas de Terra Santa.

**II.1. ELIZABETE CORSINI E**

**A COMPRA DA CASA DE OGNISSANTI**

No ano 1711, quando a Marquesa Elisabete Corsini era a Ministra da Ordem Terceira da paróquia de Ognissanti, nasceu a primeira semente de uma futura família religiosa chamada “As Franciscanas de Ognissanti”.  Isso quando ela comprou, no dia 22 de agosto de I711, uma Casa na rua Borgo Ognissanti, ao lado da Igreja dos Frades Menores, para morar alí 12 mulheres da sua Ordem. Eram escolhidas entre as solteiras, viúvas, pobres e mais necessitadas. A maioria das Terceiras queria ser escolhida, pois, era um ambiente adaptado para rezar e para se retirar no silêncio e na meditação, afastando-se dos tumultos familiares e do mundo e por isso algumas vezes tirava a sorte para não sentir ser desprezada ninguém. Poderia entrar aí somente quando chegar alguém morrer ou desistir desta vida.

É verdade que Elizabete Corsini nunca veio morar nesta casa, embora a visita diária e o cuidado particular com estas irmãs nunca lhes faltaram da parte dela. Após a morte do marido, Elizabete Corsini morava na Casa número 1364 junto com seus netos e a casa das 12 era número 1387. E as 12, cada uma morava num quarto independente e não vestiam o hábito das religiosas, mas sim da Ordem Terceira, com o cordão.

Na doação da Casa às Terceiras, Elizabete tinha deixado por escrito algumas cláusulas e entre elas:

1. Só 12 pessoas podem morar nesta casa; Somente após a morte de uma pode entrar outra pessoa e era direito da Ministra, após sua morte alguém da sua família, escolher a quem deve ser substituído;
2. As que entram aí devem ser solteiras ou viúvas e alguém, se um dia decidir se casar e ter vida matrimonial, devem deixar a casa;
3. Devem ser membros da Ordem Terceira, contudo a Casa não era das 12 mas da Ordem Terceira;
4. Será dada a prioridade aquelas que são Conselheiras, enfermeiras, cuidadoras do altar e depois aquelas que são mais pobres e tem mais espiritualidade franciscana.
5. Devem dar maior importância à vida espiritual que à vida apostólica;
6. Devem viver aqui no espírito da família e devem cuidar com maior carinho as doentes, as idosas e as viúvas;
7. Além da recitação do rosário não é necessário que estejam reunidas juntas;
8. Podem destinar os próprios bens para ser distribuído após a morte a quem cada um quiser;
9. Contudo, esta casa não tem a intenção de transformá-la em casa das religiosas e proibia fazer qualquer atividade didática ou educativa para crianças e jovens a fim de gozar uma certa liberdade;
10. Desde quando não vai ter mais membros para morar nesta casa, automaticamente a casa vai voltar para a família de Corsini.
11. Elizabete depositou 100 scudi (moeda do tempo) para manutenção destas Irmãs e o juro desse valor, o padre corretor podia usá-lo para a despesa das irmãs e a Família Corsini não tinha mais obrigação de dar outras ofertas para as 12 após sua morte.
12. Na casa ninguém podia entrar se não o Frade responsável que era o superior delas.

As 12 irmãs seguiam como Regra de vida, igual a todos os membros da Ordem Terceira Secular, a Regra do Papa Nicolau IV de 1289.

**Como atividades,** tinham dois compromissos confiados a elas: *arrumar e cuidar da Capela* onde tem o Santíssimo Sacramento na Igreja de Ognissanti (pois Elizabete era muito devota a Santíssimo Sacramento e tinha reformada a capela do Santíssimo com iniciativa e doação própria e até então os membros da Ordem Terceira que cuidava deste lugar) e *visitar os doentes e desabilitados dos membros da Ordem Terceira e caso necessitando às outras pessoas também, porém com a permissão da Ministra ou frade corretor.*

Na reforma feita ao altar da Capela do Santíssimo Sacramento ela tinha colocado as pinturas mostrando a glorificação da Eucaristia com: o sacrifício do Cordeiro, de Isaac, de Melquisedec e de Moisés, além da imagem do Povo Israel no deserto recebendo o maná. No outro lado da parede tinha a imagem da Santa Isabel de Hungria recebendo o hábito dos terceiros junto com outras irmãs. Após a morte dela, várias pessoas da OFS reformaram e cuidaram desta Capela e foi sepultado aqui os restos mortais da Elizabete.  Anos depois foi colocado aqui o ossuário das outras 12 irmãs formando assim a lápide com nome delas todas.

E a história diz que Elizabeth tinha comprado mais duas casas além desta primeira (uma casa em Via Nuova e outra em Via della Cella di Ciardo) e faltando os membros para morar nessas casas poderiam alugá-las e uma parte desta entrada seria destinada para a manutenção das 12 irmãs e  outra parte em ocasião das 7 festas importantes - de São Francisco, Santa Isabel de Hungria, Natal, Epifania, Páscoa, Pentecostes, Berlingacio (giovedì grasso (última quinta-feira de Carnaval) - festa típica de Toscana) - , elas poderiam celebrar solenemente o almoço e se dedicar em visitar as pessoas doentes da OFS. E o dinheiro de aluguel era destinado para este dia[[4]](#footnote-4).

**II.2. O FRADE CORRETOR**

Segundo a Regra da OFS de Nicolau IV, todas as Fraternidades da OFS deveriam ter um frade responsável, chamado Visitador/Corretor, e que ele tinha a obrigação de visitar, admoestar e cuidar todos os membros da Ordem Franciscana seja nas coisas espirituais que nos problemas administrativos e econômicos.

Desde 1721, as nossas 12 irmãs tiveram particular cuidado e visita da parte do frade Corretor. E isso deu início a ter uma caminhada específica, separada dos demais membros da Ordem tendo elas um estilo de vida e compromisso particular.

Na **Ata** de um dos Conselhos  Provinciais realizados pelos Frades Menores do ano 1751, menciona que foi decidido que a partir do dia **22 aprile 1751,** *o definitório provincial que vai assumir a responsabilidade dos 12 Terciárias e, a respeito da idade para entrar aqui nesta Casa, deveria seria entre 40 e 60 anos.*

**II. 3. OS ACONTECIMENTOS IMPORTANTES DE 1736- 1796**

No ano 1780, as irmãs (Caterina Poli e as co-irmãs) **se dirigem ao Papa** pedindo a permissão de colocar a **via sacra** na sua Capela e a Santa Sé concede tal faculdade  ao Ministro geral da OFM e assim no dia **22 aprile 1780**, foi erigido canonicamente, segundo o ritual romano, a via sacra na própria capela e, a partir de então elas podem fazer a via sacra na própria Capela sem ir para a Igreja de Ognissanti.

Os anos de 1747 a 1792 foram anos de grande supressão para Igreja da parte do imperador Pedro Leopardo II de Áustria. As Ordens Religiosas que tinham a vida claustral, como falamos antes, deveriam deixar os conventos e mosteiros ou era necessário que ocupasse numa atividade social. Assim muitas irmãs foram obrigadas a abrir algumas atividades apostólicas, várias começaram as atividades educativas.  Nesta oportunidade, nossas Irmãs também decidiram unanimemente abrir uma escola para escapar das perseguições (ainda que não eram exatamente religiosas, existiam o perigo de sair da sua casa) e assim no dia **2 de junho de 1796 começou a primeira atividade educativa.** As irmãs junto com o frade Corretor que decidiam sobre os candidatos, o como, o quando  e quem deve ser escolhido para esta escola de educação.

Após o tempo da opressão e confisalização dos bens eclesiásticos inclusive das nossas irmãs, no dia 1º de janeiro de 1795, as irmãs receberam (como todos) de volta os bens confiscados e isso favoreceu para um seu procedimento mais amplo no futuro.

**II. 4. A PRIMEIRA ESCOLA EM 1796**

No dia **2 giugno 1796**, após um ano da devolução dos bens, as irmãs (eram 10) celebraram um Capítulo e unanimemente decidiram abrir, como atividade apostólica, uma escola para as crianças. Aliás, o Grão Duque da época, Ferdinando II,  gostou muito das nossas Irmãs e suas atividades e ele tornou um grande benfeitor delas no desenvolvimento da escola oferecendo contribuições mensais. E esta atividade e esta autonomia favoreceram nossas irmãs a libertarem das dificuldades provocadas durante a revolução Francesa (1808 a 1810) e no tempo de  Napoleão (1886) contra às Congregações religiosas.

 Assim após do ano 1711, podemos ver que o ano 1796 é uma próxima etapa da caminhada do nosso Instituto. As novas atividades obrigaram mudar o estilo de vida das nossas irmãs: até então cada uma vivia no seu quarto, agora precisaria organizar junto, programar junto para ter um bom êxito no trabalho. Precisa que alguém ficasse na frente para coordenar o tempo, as atividades, e a vida espiritual. Assim já desde **1802 nossas irmãs começam ter uma vida fraterna** com uma irmã responsável- a superiora, com horário e estilo de vida comunitária, totalmente diferente dos demais membros da Ordem.

**II. 5. O PRIMEIRO DIRETÓRIO (1851)**:

A próxima etapa seria no ano 1851 quando foi redigido o primeiro Diretório para nossas irmãs com o auxílio do seu frade Corretor. No dia **12 de agosto de 1851** entrou em vigor o novo Diretório para ser obedecido e respeitado. Ao final do Diretório tem a assinatura das 14 irmãs, e isso significa que já tem superado o número fixo de 12. Num outro lugar agente encontra que, no ano de 1845 eram 19 irmãs,  um número ainda mais elevado.

Quando agente dedica nos estudos aprofundados deste Diretório podemos ver que, ainda que eram Irmãs Franciscanas, crescidas e acompanhadas pelos frades franciscanos no seio da OFS, no texto encontramos bastante a espiritualidade da época, trazendo muitas citações e expressões do livro conhecido “ Mônaca Santa” - *a verdadeira esposa de Cristo* - de Alfonso de Liguori (1676-1787).

**O Diretório de 1851 tem 26 capítulos** tratando dos assuntos de vida comunitária, de atividades apostólicas (catequese, visitas às famílias, cuidar dos doentes), além de mencionar algumas características próprias da vida religiosa:

1. Antes de tudo este Diretório tinha um *valor jurídico* segundo o seu contexto: pois quando uma noviça professava a Regra da Ordem Terceira, acrescentava na fórmula da profissão: “de observar o Diretório manuscrito dado pelos superiores à esta Casa”;
2. Já permitia de admitir *novas candidatas* sem limitar ao número de 12, mas segundo as necessidades da Instituição, tendo os meios para sustentação delas;
3. Como *obrigação comunitária,* tinha **o retiro anual** - que doveva iniciar no dia da Ascensão e estendia até a festa de Pentecostes; como *oração comunitária cotidiana* e obrigatória era **a recitação do Rosário**. Além disso, falava em bem 9 capítulos, sobre a oração mental, a meditação, a vida penitencial e da conversão;
4. A respeito dos bens, começaram colocar em comum os bens que cada um possuía;
5. Como parte da *Vida fraterna,* os lençóis e outras coisas eram usados em comum e todos os sábados a irmã responsável da lavanderia colocava na cama de cada uma o que necessitava.  Deveriam comer o que recebia na mesa, sem murmurar, sem comentar se era salgado, se era cozido tropo ou menos etc. E recomendava de não desperdiçar o alimento, pois era fruto da *questua* (esmola), e os benfeitores tiram da sua boca para nos doar e por isso deveria respeitá-lo ao máximo. E se um dia precisando dar algum alimento aos pobres deveria ser feito com a permissão da superiora;
6. Duas e duas andavam fazer *a questua* de vinho e de aceite.  Este costume existia já desde o tempo de São Francisco;
7. O Diretório recomendava várias vezes que caso alguém, das Irmãs, deve sair do convento para resolver algo no mundo, a mente deveria estar mergulhada em Deus. E deveriam andar duas a duas juntas e antes de sair da casa pediam a permissão e a bênção à superiora da casa. Ao voltar, tudo o que recebia como  presente deve ser fielmente entregue à Superiora e ela o distribuirá a quem tem necessidade no tempo oportuno;
8. Como *veste* usavam o hábito da Ordem Terceira com o cordão e um véu branco, simbolizando a modéstia e caridade, além de terem um *sogolo* envolvendo o colo. E quando saia usavam um chapéu preto de palha e um Crucifixo no peito;
9. Começaram já celebrar *os Capítulos* para  escolher a superiora e isso após de uma semana de oração, uma espécie de retiro com novena ao Espírito Santo. A Superiora tinha o dever de providenciar tudo o que era necessário para as irmãs: alimento, vestes, sandálias e outras necessidades e sobretudo cuidar das irmãs idosas, segundo a necessidade de cada uma;
10. O Diretório deveria ser lido, além do estudo pessoal, no refeitório duas vezes por ano: no mês de janeiro e julho;
11. E o Diretório concluía dizendo da *obrigatoriedade da observância do Diretório* e todas as irmãs assinaram em baixo e aquelas que não sabiam escrever colocaram o sinal da cruz de próprio punho.

Tudo isso nos mostra que, ainda que não eram religiosas juridicamente, já estavam encaminhando para isso através sua forma de vida comunitária, de oração e de submissão à autoridade.

**II. 6. A SECONDA CASA EM MERCATALE (1878)**

 E as irmãs já começaram a ser conhecidas na diocese e a forma de vida delas, além dos cuidados e da dedicação que tiveram para com os outros, foi tão grande e digno de estima, já no ano 1878 as Irmãs foram convidadas pelo pároco de Mercatale para abrir uma nova missão (que seria a segunda casa do instituto) na sua paróquia. Mercatale, 24 k.m distante de Florença, é um lugar montanhoso, região chamado *Chianti,* local famoso da produção de vinho, rodeado de cipreses e pinas e por isso ao dizer o sim, as Irmãs pensaram também na saúde das co-irmãs que precisavam de um ambiente salubre.  Chegaram aqui no dia **15 de outubro de 1878,** recebendo primeiro um apartamento de 4 salas.

E logo em seguida, começaram acompanhar as crianças e jovens e, prodigiosamente frequentavam um grande número destes, não só do bairro vizinho, mas também dos lugares distantes e assim, pelo pedido do povo mesmo, pensaram numa escola verdadeira e própria. Antes de concluir um ano da presença das Irmãs, começaram uma Escola fundamental já com a autorização do Ministério da Educação. Aos poucos foram aumentando a necessidade de mais espaços, e o inquilino cedeu  mais algumas salas do prédio. E ao final, com aconselhamento de todos as irmãs, decidiram de adquirir o prédio inteiro, porém a situação econômica não permitia logo para uma tal ousadia, pois deveria ficar de débito de L.10.000 com a senhora Dominici de Florença. Reconhecendo a situação das Irmãs no ano 1899 a Sra. Dominici concedeu às humildes Terciárias de São Francisco a dívida contraída para a compra da casa, providência divina que encheu as irmãs de alegria e as impulsionou de dedicar-se ainda mais para o bem do povo.

A partir de então - ou seja, do ano de 1899 (após 20 anos) - começaram também um educandário, onde as irmãs acompanhavam crianças e adolescentes na fé e na vida cristã preparando-lhes para viver na sociedade com compromissos de cidadãos maduras e responsáveis. No início do novo século, ainda que o mundo estava com temor e terror das duas guerras mundiais, a casa de Mercatale foi um lugar de refúgio, não só para as crianças e adolescentes, mas também para muitas famílias e até mesmo para os soldados das duas guerras.

No ano 1915, vendo a escola das Irmãs florescendo em maneira prodigiosamente o Cardeal de Florença entregou ao pároco de Mercatale L. 12.000 para reforma da escola e assim junto com outras ofertas e ajudas, no dia 24 de agosto de 1915 foi colocada e abençoada a primeira pedra e, em outubro de 1916 foram inauguradas as três primeiras salas de aula.

Simultaneamente com a construção da escola, foi feito também os trabalhos para uma creche para as crianças, ajudada pela Sra. Nunzi Elisabetta em memória de seu marido falecido Cav. Gualtiero Nunzi. A creche foi inaugurada em 21 de abril de 1918, enquanto em maio de 1919 Sua Emª. O Cardeal de Florença  fez a bênção da parte nova do edifício.

As nossas irmãs contam que durante a segunda guerra mundial, um dia, chegaram os soldados americanos (primeiro eram aliados da Itália e depois se tornaram inimigos e então) procurando o refúgio e a irmã, os colocou no cantinho de vinho (no porão da casa) e fechou a porta puxando para frente um armário pesado de lenha em modo que os outros soldados alemães por acaso se passassem não pudessem encontrado eles. Após algumas horas, chegaram os soldados alemães procurando se tinha algumas judias ou soldados americanos por aí. Neste dia a irmã tinha dado refúgio a algumas famílias judaicas. Pela sua sabedoria humana, ela deu o hábito de uma irmã para vestir a mãe e as crianças ficaram junto com outras crianças do educandário em modo que ninguém percebesse que fossem judias. E os soldados americanos lá dentro sem perceber a presença de um pelos outros. As irmãs rezando noite toda para que ninguém nem tosses para não perceber a presença de ninguém. Ao perguntar de uma porta, que tinha acesso para cantina do vinho, a irmã falou que lá tem uma irmã com tuberculose e assim os soldados foram embora.

E a cantina, onde os soldados americanos se refugiaram, já era transformado em capela e tinha também o Santíssimo Sacramento guardado por medo de ser destruido pelos bombardeamentos da guerra. Jesus fez a companhia aos soldados refugiados, às irmãs corajosas e as famílias judias no silêncio do cantinho de vinho!

A nossa história é história da salvação. Entre nós também tinha irmãs que eram a Raab que escondeu os israelitas no terraço e aqui no cantinho de vinho da casa.

Para quase um século aqui funcionou a escola e o educandário e a partir do ano 1990 até hoje a casa se transformou em Casa de enfermaria para as irmãs idosas. Após o Capítulo geral do ano 1990 a casa foi reformada, sob o cuidado da Madre Margherita Monni, adequando-a para a casa das irmãs idosas. De fato, agora tornou-se uma *casa salubre* para as irmãs que necessitam do cuidado da saúde e da velhice!

**II. 7. A CASA DE OGNISSANTI AO FINAL DE SÉCULO XIX**

Ao final do século 19, contemporaneamente à abertura da casa de Mercatale, reformou também a Casa de Ognissanti, seus quartos e a Capela. Aqui, além de acompanhar as jovens candidatas que entravam para tornar-se religiosa, funcionava também a escola e o educandário. As irmãs se dedicavam também nas atividades catequéticas da paróquia, preparavam as crianças para a primeira comunhão, faziam as encenações mobilizando os jovens e adolescentes e davam assistência à Ordem Terceira.

**CAPÍTULO III**

**ITFR 1906-1940**

**III.1. A MADRE JACINTA (1906-1940):**

A madre Jacinta foi a primeira Madre geral do nosso Instituto como religiosas. Ela contribuiu um papel importantíssimo no crescimento do nosso Instituto e isso para quase 40 anos do século XX.  Durante o seu tempo, de 1906 a 1921 ela exercitou com o título da Superiora da Casa de Ognissanti e de 1221 a 1240 como a Madre Geral. Os acontecimentos importantes durante este período foram:

1. Juridicamente o Instituto tem sua estruturação na categoria das religiosas, tendo as Primeiras Constituições e Regra (1906);
2. De 1906 a 1921 O Ministro geral dos Frades Menores era nosso Superior maior;
3. Foi renovada as constituições por duas vezes (1929 e 1939);
4. A nossa Família Religiosa tornou-se de Direito Pontifício com as Constituições aprovadas pela Santa Sé ad experimentum (1939);
5. Tendo aumentado o número das novas vocações e contemplando as novas energias e entusiasmo das suas irmãs jovens ela abriu mais de 15 casas em várias partes da Toscana.

 E maioria delas foram abertas exatamente porque era bem visível no rosto das Irmãs Franciscanas de Ognissanti *a alegria e a dedicação* em tudo o que elas faziam e, atraídos pelo testemunho da vida, os párocos, os senhores, os príncipes, os cavaleiros e até as Rainhas as convidaram para trabalhar junto. E assim um novo sol surgiu com tanta esperança e entusiasmo e o século XX foi o tempo de florescimento de novas casas, novas vocações, novas energias para nosso Instituto religioso. E a madre Jacinta era venerada e estimada não só pelas nossas irmãs mas também por todo povo.

**III.2. AS CASAS ABERTAS DURANTE O TEMPO DE MADRE JACINTA**

O caderno escrito ainda na datilografia (quase um manuscrito) pelas nossas irmãs no ano 1960 mostra este reflorescimento do Instituto na primeira metade do século XX. (livro anexo)

**CAPÍTULO IV**

**ITFR: DOCUMENTOS  JURIDICOS:**

**DIRETORIO 1850, AS CONSTITUIÇÕES E A REGRA**

**AO LONGO DOS SÉCULOS**

**IV. 1. CAMINHO JURIDICO-ECLESIAL DA OFS-TOR (1221-1927)**

Nos primeiros tempos -seja os leigos (atual OFS) que os religiosos nascidos da OFS-, ambas as famílias franciscanas usavam a mesma Regra, da qual a matriz se considera **a Carta aos fiéis** de São Francisco, em ambas as redações.

O Papa **Gregório IX** em **20 de maio de 1221** aprova a primeira Regra “Memoriale Propositi” (escrita por São Francisco pelo pedido do cardeal Ugolino) com a primeira denominação Ordem da Penitência.

Em **18 de agosto de** **1289 o Papa franciscano Nicolau IV**, com a Bula “Supra Montem” reconhecia São Francisco como fundador da Ordem da Penitência e a denominava de Ordem Terceira de São Francisco. Esta Regra seria o primeiro documento estritamente pontifício.

E no ano **18 de novembro de 1324** teve a Regra própria para a TOR do **Papa João XXII,** com a bula de *Altissimo in Divinis*  que permitia emitir votos religiosos para os membros da TOR;

E, **20 de abril de 1447,** **Papa Niolau V,** com sua bula “*Pastoralis Offici”* unificou as comunidades autônomas em uma estrutura uniforme com seu próprio ministro geral;

Em **20 de janeiro de 1521, o Papa Leão X**,  com *Inter caetera* deu a TOR sua própria Regra,  separando definitivamente com este ato a Ordem Terceira Regular da Ordem Franciscana Secular. Sua validade jurídica permaneceu inalterada até ao ano 1927.

Devido as Congregações religiosas franciscanas nascidas nos séculos XVII -XX com atividades apostólicas e que se tornaram religiosas no início do século XX, bem como por causa do  novo Código de Direito Canônico, o Papa **Pio XI,** no dia 4 de novembro de **1927,** com a bula *Rerum conditio*, deu a nova Regra da TOR atualizando as normas da Regra do Papa Leão X.

De fato, a Regra de Leão X que tinha  acolhido por todas as comunidades de TOR, tanto masculinos quanto femininos. O texto consistia em dez capítulos tratando os assuntos principais como: vestição religiosa, noviciado, emissão de votos solenes, vida fraterna em comunidade, clausura, capítulos, eleições das superiores etc.

……………………..

Vamos percorrer brevemente este período histórico:

De fato, **o Concílio de Trento (1545-1563)**  e as disposições particulares de **Pio V** sobre a vida claustral induziram as Irmãs Terciárias de votos solenes à passagem de atividade apostólica para a vida claustral. As comunidades terciárias de votos simples, por outro lado, embora não suprimidas, foram colocadas em uma posição em que não podiam aceitar novos candidatos e, portanto, morrer lentamente.

Apesar de todas as tentativas de obstaculizar a vida consagrada fora da clausura da parte da Santa Sé, o novo contexto cultural do humanismo despertou o mundo religioso feminino, especialmente no século XVII e seguinte, o desejo de uma vida caritativa e ativa, ao contrário da vida claustral.

Assim temos Angela Merici (1535), Mary Ward (1609), Vincenço de Paoli e Luisa Marillac (1634), que dão vida às primeiras "Congregações". e com elas surgem os primeiros esboços dos “Institutos Seculares” e as primeiras "Sociedades de vida Apostólica ".

Para uma maior liberdade de movimento, estas "Congregações" recusaram o título de "Ordem", não lhes importava de ser consideradas como "religiosas", mas como meras sociedades de vida comum juntamente com votos privados ou sem votos.

Com o **Iluminismo e a seguinte Revolução Francesa,** ao final do século XVIII, de um lado, todos os mosteiros das Ordens Contemplativas são suprimidos; Por outro lado, há muitas "Congregações" dedicadas à atividade caritativa e educativa, em que o Estado é absolutamente carente, ou não-presente.

Estas, recebendo a aprovação de seus bispos diocesanos, trabalhavam nas suas circunstâncias e, consequentemente, a Santa Sé foi obrigada de contemplar tal forma de vida espalhada em toda a Europa, com benignidade.

....................................

**IV. 2. "ECCLESIA CATTOLICA" (1889) "CONDITAE A CHRISTO"'(1900)  E AS COSTÌTUIÇÕES DE 1906.**

A “**Ecclesia Catholic**a” foi o primeiro decreto (Leão XIII),  que facilitou às congregações de votos simples para obter o reconhecimento de ser "religiosos", tal título em vez, não era dado às congregações ou grupos que são  "sem vida comum e sem hábito". Seus votos também foram reconhecidos como "públicos" e declarados suficientes para constituir o estado religioso.

A constituição “Conditae a Christo” (1900) constituiu o primeiro documento pontifício a dar valor jurídico às Congregações de votos simples, reservando sua aprovação ao Ordinário do local.

O documento distinguia, portanto, os institutos religiosos em "Diocesanos" e "Pontifícios", conforme tivessem obtido a aprovação do bispo diocesano ou da Santa Sé.

A “Conditae Christo” também continha uma série de prescrições sobre a aprovação de novos institutos e as intervenções dos bispos na admissão de candidatos, na administração financeira dos Institutos e na eleição dos superiores gerais.

Já havia numerosos Institutos, que praticavam os Conselhos Evangélicos, com suas próprias Regras e Constituições. No entanto, não havia nenhum texto legislativo oficial para todas as famílias religiosas de votos simples, sobre a sua posição tanto em relação à Santa Sé quanto em relação aos bispos locais.

Em 1901, teve a emancipação de algumas  "Normas", como complemento de “Conditae Christo”: Era uma coleção de normas,  geralmente seguidos pela Santa Sé na aprovação de constituições, e que deveria ser seguido pelos Ordinários locais a sua vez. Ficou claro que a Santa Sé não pretendia aprovar nenhum outro instituto de votos simples, se não àquelas que têm a experiência de vida comunitária e a aprovação do Ordinário.

Neste contexto, entendemos, pelo menos a partir de uma crítica externa, o motivo da elaboração das primeiras Constituições, que aconteceu precisamente em 1906, aprovadas pelo Bispo e pelo Ministro geral dos Frades Menores.
O prefácio deste livro confirma também que as Constituições de 1906 são as primeiras Constituições na história do nosso instituto.

Considerando que o Instituto das Irmãs Terciárias Franciscanas Regulares de Borgo Ognissanti nunca teve desde as suas origens até os dias de hoje normas fixas e seguras, Nós, pela Delegação do Reverendo Ministro Geral da Ordem dos Menores Dionisio Schuler, a quem as mencionadas Irmãs são. imediatamente submetidas e com a permissão da Autoridade Diocesana, compilamos a Regra anexa, substancialmente idêntica à Regra da Ordem Terceira Franciscana, aprovada pelo Papa Leão X com o acréscimo de várias Constituições conforme a Regra e adaptadas aos tempos atuais.

O artigo 285 diz também: "ordenamos que se observe a presente Regra e as presentes Constituições, revogadas as antigas Constituições".

Além disso, o artigo 291 mostra que a compilação das novas Constituições marca a Reforma do Instituto: "Se alguma Irmã não se sentir capaz de permanecer no Instituto com esta Reforma, será dispensada. E não tendo nenhuma obrigação devido aos simples votos feitos, restaurado ao estado secular, será enviada de volta à família própria ".
Do espírito e da letra das Constituições de 1906, fica claro que o Instituto realmente entrou na categoria de "religiosas".

**IV. 3. O CÓDIGO DE DIREITO CANONICO 1917  E**

**AS COSTITUZIONI DE 1927**

 O novo Código de Direito Canônico (Codex Pio-Benedictine), promulgado por Bento XV na Solenidade de Pentecostes de 1917, exigiu a revisão das Regras e Constituições de Ordens e Congregações com sua adaptação ao Regulamento e às diretrizes da nova legislação.

Além do motivo para se colocar em "sintonia com o Código de Direito Canônico", o prefácio das Constituições 1929 destaca outra razão para sua atualização: "... mas as condições sociais modificadas, o ritmo de vida cada vez mais acelerado, as diversas possibilidades do apostolado e sobretudo o maior espírito de sacrifício, a melhor formação religiosa, as atitudes cada vez mais consoantes com as novas necessidades da sociedade das Irmãs Terciárias Franciscanas Regulares do instituto de Ognissanti, tornaram necessário compilar as novas Constituições presentes ".

**IV. 4. A REGRA DE TOR DE  PIO XI (1927) E**

**AS CONSTITUIÇÕES RENOVADAS DE 1939**

Nas Congregações Femininas Franciscanas, surgidas nos séculos XVIII e XIX, no que diz respeito à Regra e às Constituições, a diversificação era ampla:

As congregações, que no seu início tinham se dirigidas à Santa Sé, para uma diretriz sobre a Regra, haviam recebido, de maneira geral, como resposta e proposta, a Regra de Leão X de 1521. E muitas delas, entretanto, eram surgidas no âmbito diocesano e receberam a aprovação das Constituições e dos Estatutos da autoridade diocesana. Portanto eram preparadas sem ter qualquer referência a uma Regra específica eclesial. A redacção de uma nova Regra portanto era necessária, conformando-se ao Código de Direito Canônico.

A iniciativa foi tomada pelo Ministro geral dos Frades Menores Capuchinhos, Frei Giuseppe Antonio da Perisceto (1920-1926). Em 1922, ele preparou um novo texto de Regra para as congregações Terciárias femininas (cerca de 60), agregadas à Ordem Capuchinha.

A Congregação para os religiosos, depois de examinar o projeto, respondeu, no ano 1924, dizendo que, a Regra baseada da Regra de Leão X deve ser substituída por outra, e isso não só apenas das congregações femininas, mas também dos religiosos, A Santa Sé, portanto, deu as diretrizes práticas para melhorar o projeto apresentado e pediu que, todos os quatros ministros gerais da Ordem Franciscana colaborassem para compilação da Regra e que seja unanimemente aprovada.

O Papa Pio XI, no dia 13 de abril de 1926, aprovou o novo texto da Regra das Congregações Terciárias Franciscanas, elaborado pelos quatro ministros gerais franciscanos.
A nova Regra foi promulgada em 4 de outubro de 1927 e incluída na Constituição Apostólica 'Rerum Condicio'  e foi enviado o texto a todas as congregações masculinas e femininas da Ordem Franciscana. Assim, chegou a uma uniformidade legislativa entre as Congregações franciscanas tanto desejada pelo Código de Direito.

Muitas Congregações, (inclusive a nossa) no entanto, quando receberam a Regra da TOR de 1927,  suas Regras e Constituições eram já formadas e o estilo de vida tinha já consolidado e por isso não fez logo mudanças adequadas ao espírito da nova Regra. E por isso não teve um resultado imediato! E de fato, nas Constituições de 1929 está anexo a Regra de Leão X  e não a de 1927.

Entre o espaço de 10 anos, ou seja, no ano 1939, as nossas irmãs já tem a aprovação das Constituições da parte da Santa Sé e nesta vez inclusa também a Regra da TOR de 1927 e a Constituição "Rerum Condicio".

………………………….

**IV. 5. O CONCILIO VALICANO 11 (1963-1965) E**

**AS CONSTITUIÇÕES DE 1972**

Sabemos que a celebração do Concilio Vaticano II foi uma nova era para a Igreja e para todas as Instituições que no seu seio vive e testemunha  a variedade de carismas e atividades.

“É um benefício para a Igreja mesmo que os Institutos religiosos tenham sua própria fisionomia e atividades, de modo que interpretam e observam o espírito e o propósito dos fundadores, bem como as tradições sonoras, já que tudo isso constitui o patrimônio de cada instituto". PC 2.

As Constituições, como diz a apresentação do texto de 1972, "foram feitas seguindo o espírito manifestado nos documentos conciliares e pós-conciliares, que desejam uma verdadeira renovação através de um contínuo retorno às fontes de toda forma de vida cristã e ao espírito primitivo dos Institutos e ao mesmo tempo a adaptação dos próprios Institutos às condições modificadas dos tempos”. PC 2.

No entanto, "as presentes Constituições são *ad experimentum*, portanto suscetíveis de emendas, esclarecimentos, aperfeiçoamentos que o próximo ou os seguintes Capítulos Gerais acreditarão oportuno".

A estes esclarecimentos e melhoramentos serão acrescentados dois outros motivos: a Regra do TOR (1982) e o novo Código de Direito Canônico (1983) para formar as novas Constituições de 1986.

**IV. 6.** **A REGRA DE TOR (1982),**

**O CODIGO DE DIREITO CANONICO (1983)**

**E AS CONSTITUIÇÕES DE  1986**

* **A Regra de TOR (1982)**

Na nova atmosfera pós-conciliar, nas Congregações masculinas e femininas, que seguiram a Regra TOR promulgada por Pio XI, apareceu certa insatisfação desse texto, como se nele os princípios da espiritualidade franciscana não estivessem bem definidos ou pelo menos não claramente apresentado e, portanto, não em sintonia com as aspirações emergentes.
Assim, nas Congregações Terciárias, foram feitas tentativas de elaborar novos documentos, resultando a codificação da nova Regra. Através de vários congressos internacionais, com a presença ativa dos representantes de todas as Congregações Franciscanas, chegou-se à elaboração da nova Regra, aprovada por **João Paulo II no dia  8 de dezembro de 1982.**

A nova Regra é composta do prólogo, que contém as palavras de São Francisco aos seus seguidores (Ctfi 1-15), seguidas dos **9 capítulos** divididos em **32 parágrafos**, e o epílogo, que é o mesmo da Regra bulada da Primeira Ordem. Os capítulos da Regra tem os seguintes títulos.

Capítulo I – Em nome do Senhor começa a regra e a vida dos irmãos e irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco.

Capítulo II – Do modo de aceitar esta vida;

Capítulo III – Do espírito de oração;

Capítulo IV – Da vida em castidade por causa do Reino dos Céus;

Capítulo V – Do modo de servir e trabalhar;

Capítulo VI – Da vida em pobreza ;

Capítulo VII – Da vida fraterna;

Capítulo VIII – Da obediência por amor;

Capítulo IX – Da vida apostólica

Paragrafo 32: Exortação e benção.

O texto, em sua totalidade, é a paráfrase dos textos de São Francisco (1Lf, 2Lf, Rnb, Rb, Admoestações) e intencionalmente não contém os detalhes jurídico-canônico das normas, deixando estas expressões às Constituições particulares de cada Instituto que pertence ao TOR.

NB. Em seguida da formação da Regra da TOR de 1983, no ano 1985 foi erigido canonicamente a Conferência Internacional dos Irmãos e Irmãs da Ordem Terceira de São Francisco e reconhecida em 6 de maio de 1989 pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica. Nasce também o Conselho da Conferência, para consolidar os vínculos entre os diversos Institutos Franciscanos e a espiritualidade franciscana. Os meios utilizados para isso foram principalmente a *escola itinerante de formação franciscana* e a publicação do boletim *Propositum.*

* **O Código de Direito Canônico de 1983.**

Embora João XIII, em 1959, já tivesse anunciado a revisão do Código de 1917, o projeto teve um longo período de incubação e preparação, também aguardando a difícil interpretação jurídica do Concílio Vaticano II.

O novo Código de Direito Canônico foi promulgado somente em **15 de janeiro de 1983.**
O Decreto diz: "Em conformidade com as diretrizes do Concílio Vaticano II e outras disposições eclesiásticas". E o novo texto das Constituições de João Paulo II foi aprovado no dia **02 de fevereiro de 1986.**

* **Modificação de alguns artigos das Constituições em 1996**

Posteriormente, a expansão do Instituto em outros continentes (como para Índia e Brasil) levou à criação de uma organização do Instituto em Província, Vice Província e Delegação e, consequentemente, a uma nova atualização das Constituições, com modificações de alguns artigos e a adição de outros que ocorreram no Capítulo geral de 1996.

**IV. 7. AS CONSTITUIÇÊS ATUAIS (2009)**

E enfim, o texto das Constituições que temos na mão foi revisto e renovado no Capítulo geral de **2009,** com retoque maior da espiritualidade  franciscana, respondendo às necessidades dos tempos atuais, anexando no seu início a Regra da TOR 1983.

1. **José Ramos Regidor** (1930-2015) teólogo salesiano. O artigo foi publicado na revista **Com Nuovi Tempi**, n. 15, 24-04-1983. [↑](#footnote-ref-1)
2. Ele se submeteu à obediência, nunca quis ir contra à Igreja, aliás sempre ensinando os seus frades de amar os sacerdotes mais do que aos anjos e nunca pregar nada contra a vontade deles. Em qualquer lugar chegar, primeiro apresentar-se ao bispo do local “meus senhores”. [↑](#footnote-ref-2)
3. Aqueles que começaram escolas ou hospitais não tinham como abandonar de repente tudo e voltar para vida claustral. [↑](#footnote-ref-3)
4. Após a morte de Elizabeth, a Ministra Caterina de Elsi, sua  sucessora, vendeu a casa da Via Nuova para a Congregação religiosas de São João de Deus. [↑](#footnote-ref-4)